

“CONFLITOS E DESLOCAMENTOS INDÍGENAS NO RIO MADEIRA”

O rio Madeiran nasce nos Andes, é o maior tributário do rio Amazonas, o segundo maior rio do mundo em volume de água (MILLARD 2007: 131 e 132), e possui uma extensão de mais de 3.200 quilômetros. Conhecido como rio Cayaripelos indígenas no século XVI (PORRO 2007: 121), foi rebatizado pelos europeus com o nome de Madeira dada a abundância de troncos, sobretudo de acaju e de munguba, que flutuavam em suas águas (SPIX, 287).

Para Márcio Souza, “os rios tecem a sociedade humana na Amazônia”. O objetivo desta apresentação é discutir as formas de ocupação do rio Madeira, desde o período pré-colonial até meados do século XVIII, a fim de captar, dentro do complexo mosaico étnico, as mudanças que ocorreram nas relações interétnicas e nos movimentos migratórios da região.

Pesquisas arqueológicas recentes do baixo rio Madeira identificaram, até o momento, 129 sítios arqueológicos, que evidenciam não apenas o contexto multiétnico como também a continuidade da ocupação na região.

Para os arqueólogos Moraes e Neves: “Os dados atualmente disponíveis mostram que, por volta do ano mil da era Cristã, tanto na região do médio rio Amazonas, quanto no baixo rio Madeira, se produziram as ocupações com os maiores sítios arqueológicos encontrados até o momento na Amazônia Central (133 e 134).

Entre a segunda metade do século X e a primeira metade do século XIII, guerras intertribais ocuparam o cenário regional, identificadas pela construção de sistemas defensivos, com extensas valas e paliçadas. Um exemplo é o sítio Vila Gomes que apresenta uma vala defensiva que atinge 1.100 metros de comprimento, com cerca de 10 metros de largura e até 3 metros de profundidade. Segundo Moraes e Neves, os conflitos e guerras relacionavam-se, muito provavelmente, ao aparecimento de novos grupos na região, produtores de cerâmica policroma. “Por volta do século XIII”, observam os arqueólogos, “o registro arqueológico aponta para uma hegemonia completa das ocupações policromas entre o rio Madeira e o rio Napo”. 143

Para os arqueólogos, a importância da região reside também no fato de ter sido o provável centro de difusão dos grupos tupis e da domesticação da pupunha e da mandioca. Esta hipótese reforça a afirmação de Antonio Porro de que a região seria ocupada prioritariamente por povos de língua Tupi: os Kawahib (denominados pelos seus inimigos Munduruku de Parintin), Arikên, Tupari, Tupinambarana. (261).

Os primeiros cronistas que navegaram pelos rios da Amazônia aludiram à existência de caminhos fluviais que conectavam aldeias e “províncias” distantes numa vasta rede ameríndia de comércio intertribal de objetos, ideias e pessoas.

No século XVI, o primeiro europeu a noticiar a foz do rio Madeira foi o frei da Ordem de S. Domingo de Gusmán, Gaspar de Carvajal, que acompanhou o Capitão Francisco de Orellana na descoberta do rio Amazonas, em 1542. “Não tínhamos navegado

nem 4 léguas, quando vimos pela margem direita aparecer um grande e poderoso rio maior ainda do que aquele que nós estávamos, e por ser tão grande denominamo-lo Rio Grande. Nele “levantaram-se mais de cinco mil índios com as suas armas, e começam a dar gritos e a desafiar-nos a bater com as armas umas nas outras, fazendo um tal ruído que parecia que o rio vinha abaixo”. (55)

A expedição comandada pelo general português Pedro Teixeira colocou o rio Madeira pela primeira vez no mapa. Pedro Teixeira saiu de Belém em 28 de outubro de 1637, com 47 canoas, 70 soldados portugueses, 1200 “índios de voga e guerra que, juntos às mulheres e moços de serviço, passariam de duas mil pessoas”. O Vice-rei do Peru, o conde de Chinchón, Jerônimo Fernandez de Cabrera Bobadilla y Mendonza recebeu com espanto a notícia dos portugueses que chegaram em Quito um ano depois, ordenando que retornassem brevemente. A viagem de volta de Pedro Teixeira foi relatada pelo padre jesuíta Cristobal de Acuña, em o *Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas* de 1641.

“Vivem estas nações em contínuas guerras umas com as outras”, observa Acuña, seguindo o modelo dos jesuítas do século XVI quando observaram os Tupi do litoral da América portuguesa. Ao lado disso, Acuña foi o primeiro a dar etnônimos aos grupos do rio Madeira. Diz ele: “Das nações deste rio, que são muitas, as primeiras se chamam Zurinas e Cayanas, e logo se vão seguindo os Urutihans, Anamaris, Guarinumas, Curanaris, Erepunacas e Abacatis” (260). E desde a boca do rio, correndo pelo das Amazonas abaixo o povoam os Zapucayas, Urubutingas,

que são muito hábeis em fabricar coisas de madeira; atrás destes se seguem os Guaranaguacas, Maraguas, Quimaús, Buraís, Punouys, Oregatús, Aperas e outros cujos nomes não pude averiguar com certeza”. 260

Tudo indica que esse “cipóal” de etnônimos corresponde mais a lógica da conquista europeia e da ação colonial do que à paisagem étnica ameríndia, que, provavelmente, possuía fronteiras mais fluidas, multiculturais e multilinguísticas. Nádia Farage sublinha que “um só etnônimo pode encobrir vários grupos étnicos e, reversamente, vários etnônimos podem estar sendo utilizados nas fontes para designar um mesmo grupo étnico.¹⁹

Os etnônimos serviram às políticas de alianças e dissensões entre os grupos nativos e adventícios nas guerras coloniais. Segundo Ferguson e Whitehead, o contexto da violência das guerras é propício tanto para construção de identidades como para divisões étnicas.

Em 1653, o bandeirante Raposo Tavares, ao navegar pelo rio Madeira, menciona grande densidade populacional que ocupava suas margens:

“Quinze dias depois de iniciada a viagem pelo rio, [...] não houve um dia em que não vissem algumas [povoações], e geralmente viam muitas todos os dias. Eles viram cidades com 300 cabanas [...] com muitas famílias vivendo em cada uma delas. Calcularam que em uma delas residiam 150 mil almas”.

Assim, podemos dizer que até meados do século XVII os relatos europeus estão em consonância com os dados arqueológicos obtidos recentemente no rio Madeira: aldeias extensas e praticamente contínuas localizadas nas margens, grande densidade populacional, diversidade de línguas e costumes e belicosidade dos povos amazônicos.

Com a descoberta das minas de ouro em Cuiabá (1718) e em Goiás (1725), monções de comércio passam a transitar pelo rio Madeira, ligando o Mato Grosso ao Pará.

A navegação ficava a cargo dos escravos indígenas comprados ou dos índios das missões, que recebiam para o serviço de remadores “as piores fazendas com preços enormes” (295). Um documento do século XVIII informa que a viagem, com duração aproximada de dez meses, sempre resultava em grande mortalidade dos índios pelas doenças, fome e exaustão, uma vez que 89 cachoeiras distribuíam-se ao longo do curso do rio Madeira, muitas das quais eram varadas por terra.

Por isso, as canoas não podiam exceder de 1000 a 1200 arrobas e tinham em média de 100 a 120 trabalhadores indígenas. As canoas menores, de 400 a 500 arrobas, necessitavam de cerca de 60 homens. (294) A única cidade onde os viajantes podiam aportar e abastecer de farinha era Borba, localizada a 26 léguas acima da foz.

Em 1722, o governador do Estado do Pará, João de Maya Gama, expediu uma tropa do Pará, comandada por Francisco Palheta, que chegou em Santa Cruz de la Sierra e retornou ao

Pará em dois anos, com informações detalhadas e mapa do percurso fluvial. Temendo que os moradores do Pará migrassem para as minas de Mato Grosso, a navegação foi proibida por ordem régia em 1733, só que, na verdade, nunca deixou de existir.

O astrônomo ou geógrafo, como se autodenominou o sargento-mor João de Souza Azevedo, percorreu sem restrição o caminho fluvial pelo rio Madeira, pois era dono de um sítio na barra do rio destinado à coleta de cacau e escravização dos índios. Um documento (1797) informa que ele foi responsável pela descoberta do rio Tapajós. Mesmo desobedecendo as leis, gozava de prestígio entre as autoridades coloniais, pois foi chamado para dar um parecer, em 1752, sobre o Tratado de Limites, no Colégio de S. Alexandre, na cidade do Pará. O rio Madeirateve uma importância estratégica na negociação do Tratado de Madri de 1750, visível no mapa que conferiu ao Brasil a bacia amazônica, onde o rio serviu de fronteira às terras espanholas.

A abertura oficial do caminho fluvial entre o Mato Grosso e o Madeira se deu em 1753. Dois anos antes, uma carta de D. Antonio Rolim de Moura, governador Capitão General da Capitania do Mato Grosso, recomendava a navegação do rio Madeira por vários motivos: facilitaria a condução de casais de ilhéus e dos moradores do Pará para as minas do Mato Grosso; os produtos do Reino seriam mais baratos e a comunicação com a Corte ficaria mais fácil. SBH 27.jun.1751.No parecer que trata da conveniência da permissão da comunicação do Pará com

Mato Grosso, Alexandre Metello de Souza Menezes, Conselheiro do Conselho Ultramarino e provável autor do documento, acrescenta outra vantagem à comunicação fluvial: “facilitaria a introdução de negros”, o que reduziria o despovoamento das missões.

Em 1790, o então governador do Pará, D. Francisco de Souza Coutinho, reduziu a rota de comércio entre o Pará para o Mato Grosso, via os rios Madeira, Mamoré e Guaporé, porque consumia muitos trabalhadores e proibiu que os comerciantes levassem índios para fora do Amazonas (HEMMING, 99).

No período da conquista, as formas lusitanas de ocupação das terras amazônicas, a partir do século XVII foram, muitas vezes, réplicas das experiências e modelos transplantados do litoral. Os moradores obtinham índios escravos nas ditas “guerras justas defensivas”, nas tropas de resgate e nas expedições clandestinas de apresamento ao mesmo tempo que os jesuítas organizavam aldeias para catequizar os povos amazônicos.

A violência dos contatos com os adventícios geraram as guerras coloniais que mudaram radicalmente a paisagem regional que sofreu o processo de “tribalização”, definido por Ferguson e Whitehead, como a gênese de novas tribos (3).

À diferença dos aldeamentos do litoral, as aldeias da Amazônia seguiam o Regimento das Missões do Estado do Maranhão e Grão-Pará, de 1686, que permitiu o estabelecimento de outras ordens religiosas e assegurou a mão de obra indígena aos moradores, regulamentando a distribuição da mão de obra

indígena do seguinte modo: os missionários teriam direito a terça parte de todos os índios para seu sustento e metade dos índios da aldeia deveria estar disponível aos moradores em troca de um pagamento feito em tecidos de algodão “grosseiro”, produzidos por eles.

A primeira missão jesuíta do rio Madeira foi a de Tupinambarana fundada pelo padre Manuel Pires em 1663. Segundo Acuña, a ilha Tupinambarana era “toda povoada pelos valentes Tupinambá, que das conquistas do Brasil, em terras de Pernambuco, saíram derrotados há muitos anos, fugindo do rigor com que os portugueses os iam subjugando (...) despovoando ao mesmo tempo oitenta e quatro aldeias”.

Assim, a migração dos Tupi no século XVI da região do Madeirapara o litoral, motivada possivelmente pela densidade demográfica da região, inverteu o sentido da rota diante da presença dos brancos. Em meados do século XVII, além dos moradores Tupinambá na ilha Tupinambarana, há notícias de que cerca de mil Tupinambá desceram pelo Tocantins em 70 canoas com 300 guerreiros ornamentados com plumagem e pintura corporal, e voluntariamente desembarcaram em Belém, na tentativa de fugir da escravização.⁹¹ Afirma Menéndez que em 1690, trinta anos depois da presença dos jesuítas na região, não se falava mais dos Tupinambá como etnia.

Cinco anos depois de que o padre Jódoco Peres alertara as autoridades para a presença de ferramentas holandesas entre os índios Irurises, que teriam entrado pelo rio Negro, o padre João

Ângelo e o Padre José Barreiros fundaram, em 1688, a missão dos Irurizes.

Relata João Felipe Betendorf, na *Chronica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus*, escrita entre 1693 e 1639: os padres foram recebidos pelo principal Mamoriny, “que vinha em canoa grande remada por quantidade de mulheres” (p.518). Esta passagem chama a atenção para o papel das mulheres nas sociedades complexas da Amazônia. O padre jesuíta João Daniel, em o *Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas* (escrito entre 1757 e 1776), a principal fonte de informação sobre a Amazônia colonial, alude à uma sociedade hierarquizada, na qual apenas “as filhas dos maiorais” podiam usar os colares e gargantilhas feitos com dentes dos índios mortos, porque cito “são divisa de nobreza e brasão de valentia. Nos dentes vão contando o número de homens a que deram honrada sepultura nas suas barrigas, e como fazendo rol dos mortos, e comidos, de sorte que por estes rosários constam os defuntos e nestes colares têm uma viva memória de seus inimigos mortos, e quem tem rosário mais comprido é mais nobre”(278). Depreende-se daí que a nobreza estava associada ao maior número de inimigos mortos.

Voltando aos jesuítas, eles mandaram fazer Igreja e residência na aldeia de Irury, onde se achavam também brancos que coletavam cacau no rio Madeira. 519 A escolha do local da missão levou em consideração a grande concentração de índios, a expulsão dos holandeses e exploração do cacau, que se tornou

uma das maiores forças econômicas da Companhia de Jesus na Amazônia.

Além da aldeia de Iruri, existiam outras 4 que pertenciam ao mesmo grupo de língua não-Tupi que se diziam descendentes de uma mulher que descera grávida do céu e tivera cinco filhos com aqueles nomes: os “Paraparixanas”, os “Aripuanãs”, os “Onicores e os “Tororises”. As cinco tinham um principal cada uma com quatro ou cinco roças (aldeias menores), habitadas por vassallos, que, segundo Porro, podiam ser de outras etnias ou de linhagens menores. No total, somavam mais de vinte aldeias (52). Os principais faziam trocas de presentes e eram enterrados em grandes paus furados, junto com um rapaz e uma moça enterrados vivos. 521

Quanto à devoção dos índios, o padre João Daniel observa que “estimam muito as verônicas, medalhas e imagens dos santos, mas é pelo lindo delas, e não pelo respeito e devoção que metem: e por isso muitas vezes enfeitam com elas os seus macacos, e cachorrinhos, atando ao pescoço” (329)...

Segundo Menendez, a doença dos missionários e o ataque dos padres seculares que escravizaram um grande número de índios levaram os jesuítas a trasladarem, em 1691, os Irurises para a Missão Aldeia dos Abacaxis, situada na confluência do Canumá com Abacaxis, que contava, na época, com 500 índios de 23 grupos distintos. A aldeia foi dividida e um contingente passou para a margem esquerda do Amazonas, onde passou a se chamar Itaquiatiara, povoada de Iruris e Araras,

da antiga missão dos Abacaxis. 8 A Aldeia dos Abacaxis chegou a ser chamada de “cidade de gente” de tão populosa. Foi elevada à vila de Serpa, mas no ano seguinte de 1758, restavam apenas cinco índios.

Deste modo, diferentemente das missões espanholas, o acesso às ferramentas e a condição de índios aldeados, não garantiram a estabilidade demográfica das missões. “Fazerem cristãos é o mesmo que obrigarem-se a servir os mesmos brancos”, escreve o padre João Daniel. (58)

Segundo o jesuíta, os descimentos são geralmente acertados com um ano de antecedência para que os índios aldeados, denominados “mansos”, preparem roças de mandioca, milho e frutas e façam casas para os índios “bravos”.

Depois disso, os jesuítas, equipados com provimento de bolórios, aguardentes, farinhas, ferragens, panos e outras miudezas, além de língua para tradução, chegam à aldeia e, “fazendo distinção do cacique”, distribuem os presentes. Para evitar fugas, preferem fazer a missão bem longe das terras indígenas, a pelo menos quinze dias de viagem.⁶²

Em cada missão, informa Daniel, 25 índios seguiam para o sertão para a coleta de cacau, salsa, cravo, salsaparrilha, ipecacuanha; óleo de copaíba; seiva de andiroba, fibras de sumaúma, manteiga de tartaruga-do-amazonas e peixe seco, especialmente salgas de peixe-boi.

Os demais que tivessem a idade de 13 a 60 anos deveriam ser repartidos, a princípio, voluntariamente entre os moradores portadores de Licença. Naprática, os métodos empregados para recrutamento de mão de obra nas missões foram bastante violentos. Os militares “vão amarrando a quantos querem...” Frequentemente eram açoitados e amarrados com cordas e grilhões para obrigar ao trabalho.

Em novembro, quando partiam frotas para a coleta das “drogas do sertão”, índios de diversas missões equipavam canoas. O pagamento aos remadores pelos meses de serviço era feito com pano grosso de algodão, pano da Bretanha para camisa, calções, barrete, prato de sal e agulhas.

Algumas missões tinham a obrigação de dar as índias aldeadas aos moradores brancos para leiteiras, e as dos filhos dos brancos, para desfazer roças e fazer a farinha-de-pau. Muitas não regressavam mais às aldeias jesuítas. Em 1750, o jesuíta contabilizou 80 mulheres de uma só missão nos sítios da região. 72 “Com a capa de leiteiras e farinheiras”, diz ele, “se pedem para todo outro serviço”.

Os índios também eram requisitados para o serviço da Coroa. Testemunha João Daniel: “Os missionários reais, ou governo, quando lhes é preciso mandar alguma ordem pelo rio acima, ou executar alguma diligência, ou transportar soldados para os presídios, ou enfim qualquer serviço real, ou de justiça, como também os prelados da Igreja na sua administração, se valem das missões mais vizinhas, onde mandam buscar índios,

para equiparem canoas, e com elas fazerem as suas diligências com total desassossego dos pobres índios, que se não podem escusar de semelhantes serviços e o pior é que às vezes se recolhem às suas missões depois de muitos meses sem pagamento algum, mais do que derreados do trabalho do remo, consumidos [definhados], fustigados de açoites, se não andam à vontade dos cabos das canoas, que ordinariamente são [roto o original].”⁴⁵

No final do século XVII, as epidemias, as chacinas e a crescente demanda de mão de obra de escravos e índios aldeados por parte dos missionários, dos moradores e da Coroa provocaram o despovoamento das missões, que tiveram uma vida efêmera. “AS missões, os maiores nervos do estado, duravam pouco”, lamenta-se João Daniel.

O padre superior José Ferreira, quando foi visitar a missão dos Tupinambás: “Pasmou de ver a desolação e desamparo daqueles miseráveis índios, assim pelo grande estrago que nelles tinham feito e ainda iam fazendo as bexigas, como pelo continuo trabalho pelo qual os achava divertidos, uns nas obras de fortaleza, outros nas viagens e outros em outras cousas, sem gozarem do descanso que as reais leis lhes mandavam dar. (660-661)

Os índios aldeados, por sua vez, desenvolveram estratégias que minavam a economia das missões e significavam recusa ao regime de trabalho a que estavam sujeitos. Uma delas era a extrema lentidão com que executavam suas tarefas, motivo de

queixa do padre João Daniel. “Os carpinteiros todo o tempo se lhes vai em amolar os machados, e mais instrumentos; os tecelões em contar e atar o fio; os canoeiros em tomar medidas, e assim os mais, e por isso o trabalho de uma hora estendem a todo o dia, o de um dia a uma semana e o de uma semana a muitos meses [...] e para fazerem um roçado e plantamento de cana que se concluiria em um mês, gastaram oito meses”.²⁰⁷

Outra estratégia bastante difundida entre eles era a prática do furto nas atividades das missões. Lamenta João Daniel que parte da produção de mandioca era furtada ou deixavam as mandiocas escondidas na terra para serem retiradas à noite. Os pescadores precisavam ser muito vigiados, porque separavam os melhores peixes para eles e só entregavam peixes pequenos para os missionários, os curraleiros matavam e vendiam a carne e o couro do gado dos jesuítase os oficiais, sobretudo os ferreiros, furtavam frequentemente as ferramentas e instrumentos.

As táticas indígenas de lentidão e de furto que desestabilizavam as missões do rio Madeira eram desconhecidas ou pelo menos não foram notadas nas aldeias jesuítas do litoral. Os produtos surrupitados pelos indígenas eram distribuídos pela rede familiar ou vendidos, sobretudo para os brancos, no comércio regional. Os escravos indígenas faziam o mesmo e, como tinham suas roças, chegavam a vender por preços exorbitantes farinha para o seu dono.

No século XVIII, outros grupos apareceram na documentação como “índios bárbaros” que obstruíam o estabelecimento dos brancos no curso do rio Madeira: os Torá e os Mura.

Os conflitos com os brancos, o despovoamento das missões e a demanda crescente de mão de obra motivaram a “guerra justa” aos Torá, conhecidos como “formigueiros” no baixo Madeira. “Em 1716”, escreve Nimuendaju, “os Tora foram atacados por João de Barros, sofrendo os efeitos punitivos dessa expedição. Depois dessa data, uma parte dos Tora foi aldeada no rio Abacaxis junto com contingentes de diversos grupos, e a outra foi levada para um aldeamento na foz do rio Xingu, e grande parte desse grupo que não foi atingida pela guerra continuou no sertão” (Nimuendaju. 283)

Assim como os Torá, os MURA, grupo que pertence a família das línguas Mura e Pirahã, participaram ativamente das guerras contra missões, vilas, tropas, monções, soldados e colonos do rio Madeira. Usavam longos arcos cujas pontas eram firmadas no chão com os pés e as flechas ganhavam muita velocidade. Para Marta Amoroso, “o gentio de corso, índio bárbaro que não estava nas aldeias nem nas vilas, do qual não se sabia o paradeiro, fazia parte da natureza indomada”.

Em 1750, as tropas de resgate foram proibidas, mas constam nos registros que só do rio Negro saíram 3 milhões de índios escravos, vendidos em praça pública e distribuídos para os moradores.³¹⁴ João Daniel

A partir de 1785, tem início a pacificação dos “corsários fluviais”, quando o chefe Ambrósio decidiu que os Mura deveriam dirigir-se aos diferentes estabelecimentos portugueses, selando o fim das guerras. Simultaneamente, explica Hemming, grupos de muras renderam-se às margens dos rios Japurá, Madeira e Negro.

A história colonial da Amazônia é marcada pela violência dos padrões europeus de ocupação. No caso específico do rio Madeira, no século XVIII os povos indígenas não viviam mais às margens do rio. Antonio Porro afirma que os povos originários da bacia amazônica praticamente não existiam mais.

Encerro a minha fala com algumas questões: como estavam organizadas essas sociedades amazônicas? O poder estava centralizado em um chefe ou era partilhado por muitos? Como se articulavam as chefias em tempos de guerra? Quais os papéis das mulheres nobres e não nobres? Que identidades indígenas foram mantidas e criadas nas missões? Que percepções e significados os povos indígenas que viviam no rio Madeira elaboraram dos contatos com os brancos?

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PRACEL